

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Patrícia de Paula Rodrigues

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, UM PROBLEMA DE CUNHO SOCIAL
EMERGENTE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS:**

Políticas públicas e seus desafios

Florianópolis

2018

Patrícia de Paula Rodrigues

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, UM PROBLEMA DE CUNHO SOCIAL
EMERGENTE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS:**

Políticas públicas e seus desafios

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD 7305 como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Enfoque: Monográfico
Área de concentração: Políticas Públicas
Orientador(a): Prof. Dra. Taísa Dias

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Patrícia de Paula

Pessoas em situação de rua, um problema de cunho social emergente na cidade de Florianópolis : Políticas Públicas e seus desafios / Patrícia de Paula Rodrigues ; orientadora, Taísa Dias, 2018.
64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Pessoas em situação de Rua. 3. Políticas Públicas. 4. Estado. I. Dias, Taísa . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

Patrícia de Paula Rodrigues

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, UM PROBLEMA DE CUNHO SOCIAL
EMERGENTE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS:**

Políticas públicas e seus desafios

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de novembro de 2018 .

Prof. Martin de La Martinière Petroll, Dr.
Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Profª. Taísa Dias, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Irineu Manoel de Souza, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marco Antônio de Moraes Ocke, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

A Deus, por estar
sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Trindade por estar sempre comigo. A Deus por me dar saúde, à Jesus por estar comigo em todos os momentos e ao Espírito Santo por me dar inteligência e sabedoria.

À meu avô quero agradecer especialmente! Por todas as palavras de sabedoria e conhecimento e por todo amor que me deu desde que nasci! Agradeço também à minha família, minha mãe, meus irmãos por todo o apoio e carinho!

Aos meus amigos da faculdade que fiz durante o período da graduação, principalmente ao A7: Raquel, Hemy, Pam, Carol e Lucas, à Clarissa, Duda, Luan, Rubens, Bruno, Flávia, Caio e Maicon. Minha trajetória não teria sido a mesma sem vocês! Vocês foram os melhores presentes que a UFSC me deu, são especiais!

Ao meu amado namorado Guilherme por sempre me apoiar, me consolar, me dar forças e ser compreensivo nas horas em que eu tive que ser ausente devido ao tempo que tive que me dedicar ao trabalho.

Aos meus amigos, de modo especial às minhas amigas Clarissa, Vany e Ivana por estarem comigo, pelos bons momentos, por compartilhar comigo tanta aflição e sempre me apoiarem e me incentivarem.

Aos professores por todo o aprendizado e conhecimento, aos funcionários que sempre proporcionaram um ambiente adequado de estudo. Agradeço especialmente à minha orientadora Dra. Taísa Dias pela honra de ter me proporcionado ser sua orientanda. Obrigada pela paciência e confiança.

À todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas
ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma
humana.

(Carl Jung)

RESUMO

Atualmente, as grandes cidades do mundo, inclusive Florianópolis, enfrentam grandes problemas sociais, como a pobreza, falta de emprego e falta de moradia. Isso se deve muito à ineficiência do Estado em gerir de forma efetiva os recursos e impostos arrecadados. Diante disso, se faz necessário como sugestão de planos e ações o uso das políticas públicas de forma efetiva, para a resolução destes problemas. Perante este contexto, o presente estudo teve como objetivo conhecer a política pública que vem sendo adotada para transformar a realidade do expressivo número de pessoas que enfrentam um grave problema social na cidade de Florianópolis: a situação de rua. O referencial teórico do trabalho levou em consideração os tópicos de surgimento do tema “Políticas Públicas” e seus conceitos, gestão de políticas públicas e modelos de análise de políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, que se utilizou de dados primários e secundários provenientes de pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas realizadas nas visitas à instituições que prestam serviços às pessoas em situação de rua. Os resultados evidenciam que muitos esforços realizados pela prefeitura e instituições na resolução da problemática envolvendo as pessoas em situação de rua, estão surtindo muitos resultados positivos, porém ainda sim, há muitas organizações que deveriam ser referência no atendimento à essas pessoas acabam tendo uma atuação limitada. O que se conclui é que ainda há um longo desafio na resolução desse problema já que é necessário políticas públicas mais efetivas para tal.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pessoas em Situação de Rua. Estado.

ABSTRACT

Currently, the big cities of the world, including Florianópolis, face big social problems, like poverty, lack of employment and lack of housing. This is due to the inefficiency of the State in effectively managing the resources and taxes collected. Given this, it is necessary as a suggestion of plans and actions the use of public policies in an effective way, to solve these problems. In this context, the present study aimed to know the public policy that has been adopted to transform the reality of the expressive number of people facing a serious social problem in the city of Florianópolis: the street situation. The theoretical reference of the work took into account the topics of the emergence of the theme "Public Policies" and its concepts, management of public policies and models of analysis of public policies. This is a qualitative and descriptive research, using primary and secondary data from documental research and semi-structured interviews conducted in the visits to institutions that provide services to street people. The results show that many efforts made by city hall and institutions in solving the problem involving people in the street are having many positive results, however, there are many organizations that should be a reference in the care of these people. What we conclude is that there is still a long challenge in solving this problem since more effective public policies are needed.

Keywords: Public Policy. People on the Street. State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade de Florianópolis.....	37
Figura 2 - Síntese dos serviços oferecidos pelo Somar Floripa.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atividades e a relação com as políticas públicas.....	26
Quadro 2 - Seleção de modelos político-administrativos.....	31
Quadro 3 - Caracterização dos entrevistados.....	35
Quadro 4 - Contextualização da cidade de Florianópolis.....	38
Quadro 5 - Resumo dos serviços prestados por nível de complexidade.....	42
Quadro 6 - Síntese dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	48
Quadro 7 - Síntese do Art. 1º - Decreto nº 7.053.....	52
Quadro 8 - Síntese do Art. 2º, 3º e 10º - Decreto nº 7.053.....	52
Quadro 9 - Síntese do Art. 5, 6 e 7 - Decreto nº 7.053	54
Quadro 10 - Síntese do Art. 15º - Decreto nº 7.053.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CREAs - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IGEOF- Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis

MNPR - Movimento Nacional de População de Rua

ODS - Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs - (Organizações não Governamentais

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	16
1.1.1 Objetivo geral	16
1.1.2 Objetivos específicos	16
1.2 Justificativas	17
1.3 Estrutura do trabalho	17
2. ABORDAGEM TEÓRICA	19
2.1 Surgimento do tema “Políticas Públicas” e seus conceitos	19
2.2 Gestão de políticas públicas	22
2.3 Modelos de análise de políticas públicas	25
2.3.1 Institucionalismo: política como produto Institucional	25
2.3.2 Processo: política como atividade política	25
2.3.3 Teoria dos grupos: política como equilíbrio entre grupos	26
2.3.4 Teoria da elite: políticas como preferências das elites	27
2.3.5 Racionalismo: política como máximo ganho social	27
2.3.6 Incrementalismo: política como variações sobre o passado	28
2.3.7 Teoria dos jogos: política como escolha racional em situações competitivas	28
2.3.8 Teoria da opção pública: política como deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo auto interesse	29
2.3.9 Teoria sistêmica: política como produto do sistema	30
2.4 Modelos: como reconhecer sua utilidade	30
3. METODOLOGIA	33
3.1 Classificação da pesquisa	33
3.2 Coleta de Dados	34
3.3 Análise de dados	36
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 O contexto da cidade de Florianópolis	37
4.2 A contextualização do cenário das pessoas em situação de rua	39

4.3 Análise dos serviços prestados às pessoas em situação de rua	41
4.3.1 Secretaria Municipal de Assistência Social	43
4.3.2 CRAS	43
4.3.3 Centro POP	44
4.3.4 Abordagem de rua	46
4.3.5 IGEOF	46
4.3.6 A Casa de Apoio Social ao Morador de Rua	46
4.3.7 MNPR	47
4.4 O envolvimento das diferentes organizações na condução do problema das pessoas em situação de rua	47
4.5 Análise da Política Nacional x Realidade de Florianópolis	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE A	66
APÊNDICE B	67
APÊNDICE C	74

1 INTRODUÇÃO

Com as constantes mudanças do papel do Estado e sua relação com a sociedade ao longo do tempo, nota-se que qualquer ação dos nossos representantes interfere diretamente no bem estar social, ou seja, afeta a vida de todos os cidadãos, independentemente da sua classe social, raça ou sexo (POLITIZE, 2018). O bem estar da sociedade está relacionado a ações bem desenvolvidas e a sua execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, deve resultar na qualidade de vida como um todo (POLITIZE, 2018).

Segundo Secchi (2013), o Estado, seja ele de qualquer esfera, municipal, estadual ou federal, para garantir resultados, se utiliza das políticas públicas. O termo “política pública” está vinculado ao sentido da palavra “política”, pois trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (SECCHI, 2013).

O Brasil enfrenta grandes problemas de ordem pública, entre eles, a falta de moradia. Esse problema teve início do século XX, devido à rápida industrialização e à urbanização acelerada, isto é, as cidades começaram a atrair grande parte da população, porém, inexistiam políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais (MONTEIRO; HOLZ, 2008).

As áreas de habitação existentes hoje são marcadas por alto grau de desigualdade e exclusão. De acordo com o *site* Mundo Educação (2018), as áreas urbanas onde vivem as famílias pobres geralmente são desprovidas de escolas, postos de saúde, segurança e saneamento básico, algumas vezes de moradia também.

Atualmente, alguns problemas sociais, como a pobreza, falta de emprego e falta de moradia estão cada vez mais emergentes nas grandes metrópoles do mundo, inclusive em Florianópolis. No que se refere à moradia, segundo os Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2018), realizados em 2010, o déficit habitacional do Brasil - número de cidadãos sem moradia adequada – era de 12,09%, correspondente a 6.940.691 domicílios. Em Santa Catarina, 9,01% dos domicílios, ou seja, 179.763 moradias se enquadram em algum critério de déficit habitacional e, em Florianópolis, 10,07%, o que corresponde a 14.847 domicílios.

Ainda segundo os Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2018) referentes à pobreza, falta de renda e trabalho em Florianópolis, o nível de vulnerabilidade social (na qual estão abrangidas as dimensões de infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho), é baixo quando comparado aos índices nacionais, embora 1,78% da população, ou seja, 7.368 pessoas viverem com uma renda *per capita* inferior a R\$140,00.

Segundo um estudo recente, realizado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua, 2016) do IBGE, os números de pobreza extrema aumentaram nos últimos dois anos para 11,2%. Dentro dessa estimativa estão as pessoas em situação de rua. De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009, art. 1), as pessoas em situação de rua se caracterizam por indivíduos em situação de pobreza extrema com “laços familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente”.

Tanto no Brasil, quanto em todo mundo, diversas ações e projetos foram propostos com o intuito de amenizar e/ou solucionar os problemas das pessoas em situação de rua, tendo alguns obtido mais êxito do que outros. A nível mundial, destacam-se a Finlândia e Portugal por oferecerem habitações permanentes e assistência social para dependentes químicos, incluindo tratamento e acompanhamento psicológico (BBC, 2017).

No Brasil, grandes exemplos estão presentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, como o Projeto Ruas, que propõe levar saúde e cultura, além de possibilitar, por meio do *Housing First*, o abrigo de moradores na casa de voluntários, promovendo a inclusão comunitária e auxiliando no ingresso dos mesmos em casas de recuperação. Outro exemplo é o Projeto Olhe, cujo intuito é fornecer um banco de currículos e, em conjunto com ONGs (Organizações não Governamentais), conectar as empresas e os moradores de rua. E, visando divulgar a história de vida de moradores de rua em um site, temos também o Vix Invisível.

Um estudo realizado pela prefeitura de Florianópolis, em maio de 2017, apontou que havia aproximadamente 700 pessoas vivendo nas ruas. Já uma pesquisa feita pelo Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM), o Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis (2017), no mesmo período, apontava um número de 937 pessoas.

No Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis (ICOM, 2017), destacam-se os dados relativos aos interesses das pessoas em tal situação. Quando perguntados se haveria interesse em participar de algum projeto habitacional no município onde estão, dos 927 respondentes, 93% afirmaram ter interesse. Novamente, quando perguntados sobre o que os levaria a não estar na rua hoje, dos 896 respondentes, 30% responderam que ter uma casa seria o fator primordial e 47% citaram também trabalho e emprego como condicionantes para deixar a rua.

Ainda de acordo com o Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis (ICOM, 2017), há conexões entre os serviços de acolhimento existentes no município, sendo eles: os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAs), o Cadastro Único e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), visto que possuem um objetivo comum, que é buscar ativar e incluir essas pessoas no processo de saída da situação de rua.

Diante do exposto, este trabalho busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como o município de Florianópolis vem atuando no sentido de transformar a realidade em torno do expressivo número de pessoas em situação de rua?

1.1 Objetivos

Nesta seção estão descritos os objetivos que norteiam este trabalho, a fim de responder ao problema de pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

Conhecer a política pública que vem sendo adotada para transformar a realidade do expressivo número de pessoas em situação de rua no município de Florianópolis.

1.1.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar as ações que vêm sendo tomadas para amenizar os problemas da falta de moradia na região de Florianópolis.
- 2) Compreender o envolvimento de diferentes organizações (estado, organizações privadas e organizações da sociedade civil) na condução desse mesmo problema.

- 3) Analisar a realidade da cidade de Florianópolis em comparação à Política Nacional para a População em Situação de Rua.

1.2 Justificativas

Entende-se a problemática da população em situação de rua como complexa, visto que não possui uma solução homogênea e imediata, porém, como foi visto na problematização, esse problema social está tomando dimensões cada vez maiores nas grandes cidades, inclusive aqui em Florianópolis. Por esse motivo, entende-se que desenvolver uma análise mais profunda da mesma é de extrema importância, pois possibilitará a observação, em diferentes perspectivas, de como o Estado e as organizações podem se envolver na condução de uma resolução mais efetiva para esse problema.

Este estudo trará dados reais de como a população em situação de rua é tratada pelos órgãos municipais (Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura, entre outros), de quais ações estão sendo realizadas, não somente pelo Estado, como também pelas demais organizações da região.

Por fim, justifica-se também o presente pelo fato da autora do trabalho possuir um interesse especial no estudo realizado, que vai desde a solidarização com as pessoas que vivem em situação de rua ao interesse em saber como futura administradora e, principalmente como cidadã, quais ações podem colaborar para sanar essa problemática.

1.3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho divide-se nos seguintes capítulos:

- 1) Introdução: onde foi realizada a problematização do tema, foi trazido os objetivos gerais e específicos, além da justificativa do trabalho.
- 2) Abordagem Teórica: foram apresentados os conceitos sobre o surgimento, gestão e modelos de análises de políticas públicas.
- 3) Metodologia: foi trazido a classificação de pesquisa, coleta e análise de dados.
- 4) Análise e discussão dos resultados: aqui foi mostrado os contextos da cidade de Florianópolis e moradores de rua, além da análise dos serviços prestados às pessoas em situação de rua, o envolvimento das diferentes organizações na condução do

problema e a análise da Política Nacional com a realidade das pessoas em situação de rua.

- 5) Considerações finais: foram trazidos os principais resultados, atingimento ou não dos objetivos do trabalho, dificuldades encontradas e as sugestões para trabalhos futuros.

2. ABORDAGEM TEÓRICA

Para fundamentar a análise deste trabalho, buscou-se conhecer a política pública que vem sendo adotada para transformar a realidade do expressivo número de pessoas em situação de rua no município de Florianópolis, por meio da identificação de como se deu o surgimento do tema, de seus principais conceitos e dos diferentes modelos de análise de políticas públicas. Tendo em vista o alcance dos objetivos deste trabalho, procurou-se um relação entre os conceitos apresentados pela teoria e as ações que podem ser tomadas na prática para atingi-los.

2.1 Surgimento do tema “Políticas Públicas” e seus conceitos

O termo políticas públicas possui uma forte associação ao conceito de sociedade e estado. As políticas públicas constituem um dos principais resultados da ação do Estado, isto é, compreendem tudo o que o Estado faz em benefício ou não da sociedade (PEREIRA, 2011).

A origem do tema “políticas públicas” remonta à compreensão do próprio papel do Estado na sociedade, que reforça as suas características de um Estado protetor e paternalista, muito demandado pela sociedade para satisfazer e suprir lacunas sociais, organizacionais e institucionais, consequências de más decisões tomadas desde a formação do país. Devido à isso, por causa da valia legítima da sociedade, “o Estado desenvolve seus processos de manifestação de poder” (SILVA; MOTA et al, 2017, p. 30).

Atualmente, conforme traz Albino (2016), a principal forma de organização política se dá por meio do Estado Moderno. O Estado apresenta-se como uma unidade básica social com território definido e com uma nação constituída pela coletividade que habita determinada localidade, genericamente entendida como um povo. A sociedade civil, legitimadora e financiadora do Estado, o credencia para que ele implemente políticas públicas e, assim, administre questões importantes do convívio social, contribua na resolução de problemas da comunidade e decida sobre diversas áreas da vida dos cidadãos.

A convivência social, de acordo com Silva e Mota et. al (2017, p.26),

requer ferramentas que venham a proteger direitos e promover a harmoniosa convivência entre os indivíduos em uma coletividade, além do reconhecimento territorial nacional diante de outros povos. Nesse prisma o Estado se estrutura sob o

fundamento de manter a coesão social, garantir a propriedade privada e outros direitos coletivos – que com o amadurecimento do Estado, surge a ideia e prática de um Estado voltado ao Bem-Estar-Social, o qual busca satisfazer a população através de políticas públicas focalizadas e universais – as quais buscam tratar com isonomia os iguais e os desiguais, na medida em que se desigualam, conforme a formação histórica de cada sociedade.

Com relação aos conceitos de “política pública”, faz-se necessário entender, primeiramente, a definição de política. Heidemann e Salm (2009), trazem algumas definições: (1) a política engloba tudo o que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações; (2) a política trata do conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos de interesse para influenciar, conquistar e manter poder; e (3) a política é também a arte de governar e realizar o bem público, onde o desenvolvimento é um alvo a ser perseguido para beneficiar o organismo social como um todo.

Em sua acepção mais operacional, a política, de acordo com Heidemann e Salm (2009, p. 29) é entendida como:

ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade. Neste sentido, o estado passa a exercer uma presença mais prática e direta na sociedade, sobretudo por meio do uso do planejamento, que pressupõe políticas previamente definidas tanto de alcance geral ou “horizontal” (por exemplo, política econômica), como de alcance ou impacto “setorial” (por exemplo, política de saúde).

Depois deste esquema de distinções, a expressão “política pública” pode ser definida com mais propriedade. Teixeira (2002), afirma que as políticas públicas são diretrizes e princípios norteadores de ações do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, além de mediações entre atores da sociedade e do Estado.

As políticas públicas são, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos, ou seja, elas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002).

Para Secchi (2013), política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: (1) intencionalidade pública e (2)

resposta a um problema público, isto é, a razão para estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

O ciclo conceitual de políticas públicas, de acordo com Heidemann e Salm (2009), compreende pelo menos quatro etapas: (1) a primeira refere-se às decisões políticas tomadas para resolver problemas sociais, isto é, só existem políticas públicas se existem ações e decisões; (2) a segunda etapa trata-se da fase de implementação, pois sem ação, não há política pública. Essa ação deve ser concebida como um esforço para se obter cooperação entre as pessoas incumbidas de promover a política pública. Na terceira etapa (3) encontra-se a prestação de contas dos gestores da política. Para que se conheça o grau de satisfação que uma política pública está produzindo, deve-se verificar o tamanho do impacto que o projeto ou programa está exercendo sobre o público atingido por ele; e, na última etapa (4), as políticas devem ser avaliadas com vistas à sua continuidade, ao seu aperfeiçoamento, à sua reformulação ou à sua descontinuidade.

O processo de elaboração de políticas públicas, conforme Secchi (2013, p. 48 a 67), é também conhecido como ciclo de políticas públicas e possui sete fases principais:

1) a primeira é a identificação do problema, que envolve a percepção do problema, a definição ou delimitação do problema e avaliação da possibilidade de solução;

2) a segunda é a formação da agenda, que é basicamente um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Cabe destacar que existem dois tipos de agenda, a agenda política - aquilo que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção política - e a agenda formal - aquilo que o poder público já decidiu enfrentar;

3) a terceira fase é a formulação de alternativas, que se desenvolve por meio de levantamentos formais ou informais das consequências do problema, dos custos e benefícios de cada alternativa disponível;

4) a quarta fase é a tomada de decisão, “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema públicos são explicitadas”;

5) a quinta fase envolve a implementação da política pública, na qual as regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções para ações, a fim de se obter resultados concretos na política pública;

6) a sexta fase é a avaliação da política pública, na qual ocorre o julgamento sobre a validade do sucesso ou a falha dos projetos que foram colocados em prática. Alguns critérios

considerados nesta etapa são a economicidade (recursos utilizados), produtividade, eficiência, eficiência administrativa, eficácia (metas e objetivos alcançados) e equidade (distribuição dos benefícios); e por fim temos

7) a sétima fase, que consiste na extinção da política pública e acontece quando o problema que originou a política pública foi resolvido, quando a política se mostrou ineficaz ou quando o problema perdeu a importância e saiu das agendas

Cabe também refletir que, ao participar do governo, os indivíduos participam do

ciclo das políticas públicas – definição da agenda política, elaboração, implementação e avaliação. Sendo assim, escolhem dentre diversas alternativas quais serão as políticas e as ações a serem praticadas pelo governo para o alcance de objetivos preestabelecidos. Tratando-se de um governo democrático, as preferências e interesses passam a ser constantemente negociadas, e envolve os interesses de diversos atores que compõem o aparato estatal (SILVA; MOTA et al, 2017, p. 26).

De acordo com Mota (2014), as políticas públicas são desenhadas a partir do relacionamento entre as pessoas e dos interesses existentes entre várias camadas da sociedade e também podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais.

Ao longo desse processo, os atores políticos e o Estado possuem importante participação para a focalização e destinação de recursos públicos para ações a serem realizadas e para determinada política pública. Além disso, é importante frisar que a implementação das políticas públicas nas sociedades em que predomina o sistema capitalista, a interferência de cenários macroeconômicos de crise ou estabilidade financeira também é possível (HEIDEMANN; SALM, 2009).

2.2 Gestão de políticas públicas

Atualmente, em muitos países, inclusive no Brasil, uma parcela significativa da população depende diretamente dos recursos disponibilizados pelo Estado para suprir as suas necessidades de sobrevivência. Esses insumos são, por exemplo, itens básicos, como a educação, saúde e segurança. Devido à elevada carga tributária cobrada pelo governo sobre os produtos e serviços, as reivindicações da população para que o Estado melhore o seu desempenho na gestão dos recursos têm aumentado cada vez mais (HEIDEMANN SALM, 2009).

Se a baixa competência que o governo tem na gestão dos impostos pagos pela população já deixa muito a desejar, a crise política no Brasil, nos últimos anos, e os escândalos de corrupção fizeram aumentar esse descontentamento e crescer as cobranças por melhorias.

Conforme Heidemann e Salm (2010), apesar desse descontentamento, os governos jamais deixarão de existir, eles, de alguma forma, resistirão. O que pode acontecer é a mudança de sua configuração, aumentando ou não suas atribuições na sociedade.

Há boas razões para que o cidadão se preocupe com a instituição Governo: (1) o mercado não substitui o Estado e os dois precisam de um governo societário. Apesar do sistema de mercado ter nascido com a pretensão de representar um arranjo alternativo para a condução da sociedade e seu postulado ser baseado no individualismo, a economia de mercado perdeu força como uma filosofia pública de condução da sociedade; (2) as atribuições pertinentes a uma governança societária estão crescendo, isto é, as preocupações que são funções típicas do governo estão tomando dimensões cada vez maiores, um exemplo é a desigualdade social; (3) como já foi mencionado, os cidadãos-contribuintes querem um melhor desempenho do Estado em troca dos elevados impostos que estão pagando, sendo assim, nesse caso, interessa à população a performance econômica do governo (HEIDEMANN; SALM, 2010).

De acordo com Crozier (1989), a participação do Estado é essencial para iniciar uma mudança de sua própria relação com a sociedade, no sentido dele ser “modesto” e não mais “sagrado”. Essa modificação traria mudanças na forma de compreender os cidadãos, de estar a serviço da sociedade e de ajudar os cidadãos a realizarem seus próprios objetivos.

Para que o Estado consiga concretizar seus objetivos governamentais, deve possuir habilidades que se expressam na forma de governança e governabilidade. Governança, pode ser entendida como a capacidade financeira e administrativa do Estado implantar políticas públicas, já a governabilidade está ligada à legitimidade que o Estado possui no poder e na capacidade de conduzir as instituições públicas para o alcance dos interesses do governo perante a sociedade (RODRIGUES, 2010).

Hoje o tamanho do Estado está diminuindo, mas o trabalho de administrá-lo está aumentando (HEIDEMANN; SALM, 2009). O Estado, além de possuir um valor de dívida pública que alcança proporções descomunais, não está conseguindo suprir constantemente as demandas (muitas vezes básicas) da sociedade, por isso é importante que haja participação de

outras organizações para auxiliá-lo e resolver os problemas de natureza coletiva (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Para Silva e Mota (2017), durante o ciclo das políticas públicas, os atores/gestores públicos - dentre eles os juízes, políticos e outras instituições governamentais - podem sim decidir sobre o encaminhamento das políticas. Já os atores privados - aqueles têm poder para direcionar a formatação das políticas e exercer influências sobre os agentes públicos para que as políticas sejam implementadas -, podem ser representantes de várias camadas da sociedade (consumidores, empresários, corporações, centrais sindicais, mídia e entidades do terceiro setor).

Ademais, pode-se dizer que a perspectiva da política pública vai além das políticas governamentais. Heidemann e Salm (2009) argumentam que o governo não é a única instituição que promove políticas públicas e que outras instituições podem promover ações movidas somente pelo seu senso de bem-comum, criando e implementando soluções para os problemas da sociedade na qual estão inseridas, como, por exemplo, realizando melhorias em determinada rua ou bairro, afetando positivamente na vida coletiva dessa região.

Para contar com os serviços públicos de que precisa, ainda segundo Heidemann e Salm (2009, p. 33)

a sociedade já não pode mais depender apenas de um governo entendido e definido em termos estritos e tradicionais; outros atores, sobretudo empresas e organizações não governamentais em geral, devem tomar a iniciativa e assumir funções de governança para resolver os problemas de natureza comum, ainda que sob a coordenação imprescindível de um governo.

Além disso, ainda conforme trazem Heidemann e Salm (2009, p. 32) a crescente conscientização

sobre função social do capital (econômico) transforma o próprio empresário ou executivo da empresa privada em agente de políticas públicas, sobretudo por força de sua responsabilidade social e da necessária produtividade dos recursos e dos sistemas produtivos que privatamente administra. Quando está em jogo a própria sustentabilidade do meio ambiente natural, a postura do empresário torna-se ainda mais crítica, pois não faz sentido algum que os ganhos do processo econômico ponham a perder a própria base de sustentação da empresa e da sociedade. Afinal, as empresas não são tolas nem santas. Elas têm um papel legítimo na sociedade e devem ser coerentes com ele.

Conforme foi visto ao longo deste tópico, a implementação de políticas públicas pode ser um meio de realizar objetivos. Ela pode favorecer tanto a sociedade (principalmente), como também as empresas e o Estado. É um verdadeiro ciclo onde há uma colaboração

mútua, pois, a partir do momento que a população recebe o que almeja e a ela é dada condições básicas para que atinja seus objetivos, as empresas acabam sendo impactadas economicamente, favorecendo o Estado por meio do pagamento de seus tributos.

2.3 Modelos de análise de políticas públicas

Os modelos de análises de políticas públicas são modelos conceituais que visam esclarecer as idéias sobre políticas e políticas públicas, identificar aspectos político-sociais importantes, compreender melhor as políticas públicas, sugerindo o que é importante ou não, e até prever as consequências de uma política pública. Esses modelos não são competitivos. Cada um focaliza em um aspecto distinto da vida política e cada um propõe uma maneira diferente de pensar sobre política pública, o que pode nos ajudar a entender diferentes aspectos sobre elas (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Heidemann e Salm, no livro intitulado “Políticas Públicas e Desenvolvimento”, apresentam nove tipos de análises de políticas públicas que serão melhor explicados a seguir.

2.3.1 Institucionalismo: política como produto Institucional

Há muito tempo, a ciência política tem sido definida como o estudo das instituições governamentais, que oficialmente estabelecem, implementam e fazem cumprir as políticas públicas, dando a elas três características distintas: (1) o governo empresta a legitimidade às políticas, pois apesar das pessoas aceitarem as políticas de outros órgãos e instituições, elas são, geralmente, consideradas obrigações legais do Estado; (2) as políticas governamentais envolvem universalidade, isto é, elas dizem respeito à todas as pessoas da sociedade; e (3) o governo monopoliza a coerção da sociedade, somente ele pode prender os que violam suas políticas (HEIDEMANN; SALM, 2009).

2.3.2 Processo: política como atividade política

Desde a II Guerra Mundial, a ciência política vem estudando as atividades dos eleitores, grupos de interesse, presidentes, burocratas, juízes, dentre outros atores, e um dos

principais objetivos para isso é descobrir padrões identificáveis de atividades e processos (HEIDEMANN; SALM, 2009).

A importância de identificar as atividades e processos realizados por esses atores auxilia na formulação, acompanhamento e avaliação de política pública. No quadro abaixo é mostrado as atividades e a relação com as políticas públicas:

Quadro 1 - Atividades e a relação com as políticas públicas

Identificar problemas	Tornar manifestas as demandas, para a ação governamental.
Montar agenda para deliberação	Escolher questões a serem decididas e os problemas a serem tratados.
Formular propostas de políticas	Desenvolver propostas de políticas, para resolver as questões e os problemas.
Legitimar políticas	Selecionar uma proposta. Articular apoio político para ela e transformá-la em lei.
Implementar políticas	Organizar burocracias, Prestar serviços ou prover pagamentos. Criar impostos.
Avaliar políticas	Estudar programas. Relatar outputs dos programas governamentais. Avaliar os impactos dos programas sobre os grupos alvos e sobre os outros grupos. Propor mudanças e ajustes.

Fonte: HEIDEMANN; SALM (2009, p. 104)

No modelo de análise por processo, de acordo com Heidemann e Salm (2009), o foco não é o conteúdo das políticas públicas e sim os processos pelos quais elas serão desenvolvidas, implementadas e mudadas, isto é, compreender as atividades envolvidas na formulação de tais políticas públicas.

2.3.3 Teoria dos grupos: política como equilíbrio entre grupos

A teoria dos grupos, conforme apresentam Heidemann e Salm (2009, p. 106) “começa com a proposição de que a interação entre os grupos é o fato mais importante da política”.

Os indivíduos com interesses em comum unem-se formal ou informalmente,

para apresentar suas demandas ao governo. Segundo o cientista político David B. Truman, um grupo de interesse é “um grupo com atitudes compartilhados que faz certas reivindicações a outros grupos na sociedade; esse grupo torna-se político “se

quando apresenta uma reivindicação por intermédio de ou a quaisquer das instituições governamentais (TRUMAN, apud HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 106). Os indivíduos só são importantes na política quando agem como parte integrante ou em nome de grupos de interesse. O grupo torna-se a ponte essencial entre o indivíduo e o governo. A política é, na verdade, a luta entre os grupos para influenciar as políticas públicas. A tarefa dos sistema político é administrar o conflito entre os grupos, mediante: (1) o estabelecimento de regras do jogo para a luta entre os grupos; (2) a negociação de acordos e o equilíbrio dos interesses; (3) a oficialização dos acordos na forma de políticas públicas; (4) o cumprimento efetivo desses acordos (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 106 e 107).

2.3.4 Teoria da elite: políticas como preferências das elites

A afirmação de que as políticas públicas refletem as demandas do povo pode ser um mito, pois, na verdade, as políticas públicas traduzem as preferências das elites. É o que sugere a teoria elitista, ao afirmar que, na verdade, o povo é mal informado e que a “elite mola a opinião das massas sobre questões públicas mais do que as massas formam a opinião da elite” (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 109).

A teoria da elite implica de três formas na análise pública: (1) o elitismo propõe que as políticas públicas não refletem as demandas do povo na mesma intensidade em que elas refletem os interesses e valores das elites, mas isso não significa que o elitismo é contra o bem estar das massas, mas que a responsabilidade por esse bem estar repousa sobre os ombros das elites; (2) as elites consideram as massas mal informadas e apáticas, as comunicações entre as elites e massas fluem de cima para baixo; e (3) as elite partilham de um consenso sobre as normas fundamentais que sustentam o sistema social, estando elas de acordo quanto às “regras básicas do jogo”, isto é, há muito mais concordância do que discordância (HEIDEMANN; SALM, 2009).

2.3.5 Racionalismo: política como máximo ganho social

Na aplicação de uma política racional, em primeiro lugar, deve-se avaliar os custos, de forma que não excedam seus benefícios. Para selecionar uma política racional, Heidemann e Salm (2009, p. 112) enfatizam que os

formuladores de políticas devem (1) conhecer todas as preferências valorativas da sociedade e seus respectivos pesos relativos, (2) conhecer todas as propostas disponíveis de políticas; (3) conhecer todas as consequências de cada proposta alternativa; (4) calcular os quocientes entre benefício/custo de cada proposta; (5) selecionar a proposta política mais eficiente.

Esse modelo é usado para pensar sobre o tamanho do Estado. Trata-se da principal matriz analítica usada para avaliar decisões de gasto públicos. Apesar de ser importante para fins analíticos, há muitas barreiras à formulação racional de decisões, como, por exemplo, dificuldade de coletar informações de todas as possíveis propostas políticas e de suas consequências, a incerteza das consequências dessas propostas, a falta de motivação aos formuladores para buscar o máximo de ganho social líquido, grandes inversões feitas em programas e políticas existentes, entre outros (HEIDEMANN; SALM, 2009).

2.3.6 Incrementalismo: política como variações sobre o passado

O incrementalismo é mais conservador, no sentido de que os atuais programas, políticas e despesas são considerados como pontos de partida e, a partir deles, os novos programas e políticas públicas serão criados, desfeitos ou modificados, isto é, esse modelo vê a política pública como uma continuação das atividades de governos anteriores com apenas algumas modificações incrementais (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Ainda conforme Heidemann e Salm (2009), os formuladores aceitam a legitimidade dos programas estabelecidos e concordam em dar continuidade às políticas anteriores porque: (1) eles não dispõem de tempo, informações ou dinheiro para pesquisar todas as alternativas às políticas em vigor, (2) os formuladores de políticas aceitam a legitimidade das políticas anteriores por causa da incerteza quanto às consequências de políticas completamente novas e diferentes, (3) porque, às vezes, podem ser feitas inversões excessivas nos programas atuais que vão contra qualquer mudança radical, (4) também porque o incrementalismo é politicamente conveniente, principalmente no que se diz respeito a evitar conflitos e, (5) por último, porque na ausência de um consenso sobre metas ou valores societários, é mais fácil para o governo dar continuidade à programas existentes do que se envolver em novos planejamentos.

2.3.7 Teoria dos jogos: política como escolha racional em situações competitivas

A teoria dos jogos é o estudo de decisões racionais em situações nas quais os participantes têm opções a fazer e o resultado depende das escolhas que cada um faz. A ideia

de jogo deve-se ao fato de que os tomadores de decisão estão envolvidos em escolhas independentes. Essa teoria não descreve as pessoas como tomadores de decisão, mas como elas poderiam proceder para tomar decisões em situações competitivas se elas fossem inteiramente racionais. (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Neste modelo a questão mais importante, de acordo com Heidemann e Salm (2009), está em saber se essas ideias são realmente úteis para estudar política pública. Cabe ressaltar que as condições da teoria dos jogos, muitas vezes, não se aproximam das condições da vida real, mas oferecem uma maneira interessante de se pensar mais claramente sobre as opções de políticas em situações de conflito e analisar as políticas públicas, fazendo surgir questões e reflexões interessantes.

2.3.8 Teoria da opção pública: política como deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo auto interesse

A teoria de opção pública contesta a noção que os indivíduos agem de forma separada no foro político e no contexto de mercado, e que os atores políticos - eleitores, candidatos, partidos políticos - fazem o máximo para que tenham benefícios sociais tanto no ambiente político, quanto no de mercado. O maior exemplo disso é o próprio governo que surgiu de um contrato social acordado entre indivíduos que, para terem benefícios mútuos (proteção, liberdade, garantia de direitos, etc.), concordam em obedecer as leis (HEIDEMANN; SALM, 2009).

No mais, a teoria da opção pública reconhece

que o governo deve exercer certas funções que o mercado não consegue desempenhar, isto é, ele deve remediar certas “falha do mercado”. Em primeiro lugar, o governo deve prover bens públicos - bens e serviços que, se forem oferecidos a um indivíduo, devem ser oferecidos a todos. O mercado não consegue prover bens públicos, porque, para qualquer comprador individual não teria como evitar que os não compradores usufríssem deles. (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 121).

Em resumo, essa teoria ajuda a explicar porque os políticos não conseguem apresentar propostas claras sobre políticas públicas nas campanhas eleitorais, pois eles, na verdade, estão interessados em ganhar eleições e não em promover princípios. Sendo assim, nas campanhas eles exageram nos benefícios sem se preocupar com os custos e sempre oferecem serviços que beneficiam mais a alguns grupos da sociedade que a outros. A concentração de benefícios em

favor de poucos e a dispersão dos custos entre a maioria acabam criando um sistema de pressão favorável a esses grupos pequenos às custas destes grupos maiores (HEIDEMANN; SALM, 2009).

2.3.9 Teoria sistêmica: política como produto do sistema

A teoria sistêmica retrata as políticas públicas como um produto do sistema político. O conceito de sistema implica em conjuntos identificáveis de instituições e atividades na sociedade, que funcionam para transformar demandas em decisões oficiais, com o apoio da sociedade. Também implica que os elementos do sistema são interrelacionados e que o sistema pode responder às forças do ambiente, e ele o fará a fim de se autopreservar (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Os *inputs* são recebidos no sistema político sob a forma de demandas - quando os indivíduos ou grupos agem para influenciar a política pública - e apoio - quando os indivíduos ou grupos aceitam o resultado das eleições, obedecem às leis, pagam seus impostos e se conformam com as decisões políticas. Os *outputs*, nesse caso, são representados pelas políticas públicas e exercem um efeito modificador sobre o ambiente e suas demandas por meio da promoção e exigência de cumprimento de acordos (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Nesta teoria, o sistema preserva-se através: (1) da produção de políticas públicas satisfatórias, (2) da sujeição às vinculações internas e (3) do uso, ou ameaça de uso, da força (HEIDEMANN; SALM, 2009).

2.4 Modelos: como reconhecer sua utilidade

Cada um dos modelos focaliza partes diferentes do processo. Para avaliar a utilidade dos modelos apresentados acima é importante analisar alguns critérios gerais, destacados por Heidemann e Salm (2009) em forma de questões, sendo elas: O modelo simplifica a realidade?; Identifica o que é relevante? Condiz com a realidade? Comunica algo significativo? Orienta a pesquisa e investigação? Propõe explicações?.

A natureza do modelo que o analista utiliza para entender as relações

entre Estado e sociedade é crucial para os resultados que se obtêm ao analisar (e elaborar) uma política pública. A tal ponto, que os resultados que muitas vezes se obtêm podem variar consideravelmente segundo a visão que se adote. É claro que a

escolha da visão a ser adotada como guia para a análise não é neutra. Mesmo quando se trata apenas de descrever e não de prescrever, neste caso como em outros que envolvem uma escolha onde a postura ideológica dificilmente pode ser colocada de lado, a opção realizada não é simplesmente metodológica. Não obstante, a escolha deve dar-se tendo em vista as características específicas da política em análise. O que implica dizer que mesmo a visão particular do analista acerca do conjunto dos órgãos e políticas que conformam o Estado seja mais próxima a uma das quatro visões (entendidas, sempre e como em outros casos em que modelos de análise são propostos, de situações extremas), ele não deve descartar a possibilidade de que a análise da política em foco tenha, como guia metodológico, uma das outras visões (OEI, 2002).

No quadro abaixo é resumido em cada tipo de modelo, os processos que cada um realiza, atua ou participa na análise de uma política pública e também o foco de cada um deles:

Quadro 2 - Seleção de modelos político-administrativos

Modelo	Processo político-administrativo	Em foco
Institucional	Formulação, implementação	Instituições governamentais
De grupo	Formulação, legislação, regulamentação	Grupos de interesse
De elite	Formulação, legislação, regulamentação	Poder da elite
Racional	Formulação, avaliação	Avaliação de propostas
Incremental	Formulação	Poucas propostas
Da teoria dos jogos	Formulação, legislação, regulamentação	Jogo Racional
Da opção pública	Formulação, legislação, regulamentação	Grupos de Interesse
Sistêmico	Formulação, implementação	Interações complexas

Fonte: HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 130.

A análise de políticas públicas é uma atividade social e política social, pois o objeto da política, geralmente, envolve mudanças na qualidade de vida das pessoas. Qualquer política pública tem como objetivo direto ou indireto melhorar as condições da sociedade. A análise é política haja vista que diversos grupos podem ter interesse na sua implementação. Assim,

negociações políticas (*politics*) permeiam todo o processo de criação e implementação da política pública (BARDACH, 2000, apud Carvalho, 2005).

Nesse último processo de elaboração de uma política pública ocorre a avaliação da mesma, mais especificamente quanto aos resultados (entendidos como produtos e metas definidos e esperados num âmbito mais restrito) e impactos (entendidos como produtos sobre um contexto mais amplo e muitas vezes não esperados ou desejados) decorrentes da implantação de determinada política pública (OEI, 2002).

Ainda conforme OEI (2002), a formulação de uma política pública se dá de forma

totalmente incremental, aprovados através de um critério de satisfação dos interesses dos atores envolvidos. É o grau de racionalidade da fase de Formulação e o estilo de Implementação o que define como irá ocorrer a Avaliação. No extremo racional, em que existe uma intencionalidade da mudança de um determinado sistema, a Avaliação é condição necessária. É através dela que o trânsito do sistema de uma situação inicial a uma outra situação, tida como desejada, pode ser promovida.

Por fim, é a etapa de avaliação que compara os resultados de uma implementação com o que foi planejado e aponta as direções de mudança e as ações a serem implementadas num momento posterior. Após a implementação dessas e a avaliação dos resultados alcançados é que, interativamente, serão propostas novas ações que levarão o sistema a aproximar-se do cenário desejado.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão descritas as metodologias usadas no desenvolvimento da pesquisa para o alcance dos objetivos estabelecidos, a classificação da pesquisa, coleta e análise dos dados.

3.1 Classificação da pesquisa

Quanto à sua abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. A pesquisa qualitativa tem como objetivo um contato direto e com maior duração do pesquisador com a situação que está sendo estudada (GODOY, 1995). Dessa forma, as pesquisas qualitativas entram neste meio pois proporcionam melhor visão e compreensão do contexto do problema (MALHOTRA, 2002).

Referente aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois buscou-se a descrição do problema, na qual foi apresentada a teoria que envolve os conceitos e a criação de uma política pública e depois aprofundou-se a pesquisa sobre os dados disponíveis referente à problemática das pessoas em situação de rua, onde foi apresentando dados atuais (números e ações) em relação à cidade de Florianópolis.

Conforme Gil (2010), a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Ela busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e nos demais aspectos do comportamento humano, tanto individualmente, quanto de grupos. As pesquisas descritivas podem assumir diversas formas, entre as quais se destacam: Estudos descritivos - descrição de uma realidade pesquisada; Pesquisa de opinião - procura-se a investigação sobre determinado assunto, com o objetivo de tomar decisões; Pesquisa de motivação - pesquisas que buscam entender razões para certos comportamentos e atitudes; Estudo de caso - pesquisa sobre determinado indivíduo ou grupo para examinar aspectos variáveis da sua vida; e Pesquisa documental - é a pesquisa sobre determinado costume, tendência e outras características que permitem o estudo sobre a sua realidade passada e do presente (CERVO, 2007).

3.2 Coleta de Dados

Para a coleta dos dados foram utilizadas a técnica das entrevistas semiestruturadas, a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, além do instrumento de coleta por telefone.

O foco da pesquisa se baseou no atingimento dos objetivos propostos, no qual o objetivo geral era conhecer a política pública que vem sendo adotada para transformar a realidade do expressivo número de pessoas em situação de rua no município de Florianópolis e os objetivos específicos que eram identificar as ações que vêm sendo tomadas para amenizar os problemas da falta de moradia na região de Florianópolis, compreender o envolvimento de diferentes organizações (estado, organizações privadas e organizações da sociedade civil) na condução desse mesmo problema e analisar a realidade da cidade de Florianópolis em comparação à Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Para tal atingimento, uma das primeiras etapas realizadas na pesquisa pesquisa bibliográfica foi a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2010), é uma pesquisa elaborada com base em material já publicado, que normalmente inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Segundo o autor, praticamente toda pesquisa acadêmica requer, em algum momento, a realização de uma pesquisa bibliográfica, pois esta permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla sobre o assunto.

Na pesquisa bibliográfica se buscou uma revisão literária sobre o surgimento, conceitos de gestão pública e os modelos de análise sobre o tema políticas públicas. Buscaram-se essas informações em livros, artigos e revistas de diferentes autores relacionados à este assunto, para dar embasamento teórico e para que fosse possível um melhor entendimento sobre o assunto antes da pesquisa prática. O material utilizado na coleta destes dados se deram principalmente nos livros que se encontram no acervo da biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina e os artigos, dissertações, monografias eu obtive acesso através dos sistemas de buscas onde foi consultado diversos acervos virtuais, como Spell, Google Acadêmico e SciELO.

A técnica de pesquisa documental, de acordo segundo Gil (2010, p. 30) vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamentos, autorização, comunicação e que geralmente é interno à organização. A fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, construindo o que se denomina de fontes

primárias, como documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares, administrativas, estatísticas e documentos de arquivos privados, além de fontes secundárias como relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares e pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento (MARCONI; LAKATOS, 2015).

Referente à pesquisa documental, houve uma coleta de dados restrita em sua totalidade de fontes eletrônicas, desde arquivos públicos e publicações da Prefeitura Municipal de Florianópolis e do Movimento Nacional da População de Rua, de fontes estatísticas como IBGE e Relatórios Dinâmicos da ODS e publicações, até as publicações Parlamentares e documentos oficiais do Planalto e da Câmara de vereadores de Florianópolis.

A entrevista ou coleta de dados por telefone apesar de impedir a percepção das reações do entrevistado, criar proximidade e do face a face que as entrevistas presenciais oferecem, tem a vantagem da agilidade e de permitir o acesso a pessoas distantes, é útil para complementar questões pendentes, tirar dúvidas ou obter informações simples, que ajudem a completar o quadro de análise (DUARTE; BARROS, 2009).

De acordo com Gray (2012), as entrevistas semiestruturadas não são padronizadas, o entrevistador tem uma lista de questões e perguntas a ser coberta, a ordem das perguntas podem mudar, dependendo da direção que a entrevista tomar, além de podem ser feitas perguntas adicionais, inclusive algumas que não tenham sido previstas no início da entrevista. As entrevistas semiestruturadas permite fazer aprofundamento das visões e das opiniões onde for desejável que os respondentes aprofundem suas respostas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os profissionais que trabalhavam ou faziam parte das instituições visitadas e telefonadas, uma vez que são as mesmas que conhecem a realidade dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Desta forma os profissionais entrevistados estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 3 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistado	Instituição na qual faz parte
Entrevistado 1	CRAS Trindade
Entrevistado 2	CRAS Centro
Entrevistado 3	Secretaria Municipal de Assistência Social
Entrevistados 4, 5, 6 e 7	Centro POP

Entrevistado 8	Abordagem de rua (POP)
Entrevistado 9	IGEOF

Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Nas entrevistas utilizou-se um roteiro de entrevista previamente estabelecido, que encontra-se no apêndice A. As entrevistas foram realizadas de forma presencial ou telefonadas, no período de 01 a 15 de outubro de 2018. As entrevistas realizadas de forma presencial foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e logo após transcritas para uma análise dos dados, e as telefonadas, foram feitas anotações de informações no decorrer de cada uma delas.

3.3 Análise de dados

A análise de dados, segundo Gil (1999) tem como objetivo organizar os dados para que seja possível obter as respostas necessárias ao problema proposto, e a interpretação procura um sentido mais amplo para as respostas, baseado em conhecimentos obtidos anteriormente.

A análise do trabalho foi efetuada de maneira qualitativa, de forma conjunta com a análise dos dados bibliográficos, a análise documental, as entrevistas e investigação e todas as informações encontradas do que está sendo realizado na resolução do problema proposto e de todo o envolvimento dos outros órgãos na condução deste problema.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os objetos de estudo deste trabalho, por meio da contextualização do ambiente em que a pesquisa foi realizada, Florianópolis, e as pessoas em situação de rua.

4.1 O contexto da cidade de Florianópolis

A cidade de Florianópolis está localizada na região sul do país, é a capital e a segunda maior cidade e do estado de Santa Catarina. Florianópolis, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), possui uma área de 675,409 km e uma população de 492,977 habitantes. É considerada a segunda melhor capital para se viver devido à alta qualidade de vida, além disso, possui bons indicadores, se comparada aos demais estados do país (DIÁRIO CATARINENSE, 2017).

Figura 1 - Mapa da cidade de Florianópolis



Fonte: Portal da ilha (2018)

Para uma contextualização mais abrangente do município, deve-se levar em consideração alguns dados, contidos no quadro abaixo:

Quadro 4 - Contextualização da cidade de Florianópolis

Trabalho e rendimento	4,7 salários mínimos (renda média)
Alfabetização e escolaridade	98,4% de 6 a 14 anos
PIB per capita	R\$ 39.678,10
Índice de desenvolvimento humano	0.847
Mortalidade infantil	10,84 por 1000 nascidos vivos
Estabelecimento do SUS	134 estabelecimentos

Fonte: IBGE (2018)

A cidade possui altas taxas de desenvolvimento humano e econômico. De acordo com os Relatórios Dinâmicos da ODS (2018), isso é visível através de dados como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, no ano de 2010, foi o 1º do estado e o 3º do país. Com relação à educação, há uma taxa relativamente alta de alfabetização para todas as idades e, com relação à erradicação da pobreza, o nível de vulnerabilidade social é considerado baixo.

Apesar de a cidade possuir bons indicadores de desenvolvimento, ainda sim, há números expressivos que relatam a pobreza existente em sua população. Segundo os Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2018), mesmo havendo uma redução de 5,53% para 1,78% de pessoas vivendo com uma renda *per capita* inferior a R\$140,00 mensais, esse percentual corresponde a uma população de 7.368 cidadãos vivendo em condições de pobreza.

Nos dados referentes à fome, na cidade de Florianópolis, no ano de 2013, em 3,94% dos domicílios viviam pessoas com restrição quantitativa de alimentos, em 2,85% dos domicílios conviviam pessoas com experiência de fome. Além disso, 16,70% das famílias pesquisadas informaram que a quantidade de alimentos consumidos, as vezes, não era

suficiente e 5,20% afirmaram que, normalmente, a quantidade de alimentos não era suficiente (RELATÓRIOS DINÂMICOS ODS, 2018).

Ainda de acordo com os Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2018), Florianópolis, assim como outras cidades brasileiras, ainda não conseguiu resolver necessidades gerais de infraestrutura, como a habitação por exemplo, pois em 2010, 4,20% da população - o que corresponde à 17,017 pessoas - viviam em aglomerados urbanos, como favelas, e, no município, 10,07% - ou seja, 14.847 - dos domicílios se enquadravam em algum critério de *déficit* habitacional

Dentro desse número de cidadãos que não possuem uma moradia e condições de vida adequadas, estão as pessoas em situação de rua.

4.2 A contextualização do cenário das pessoas em situação de rua

O Brasil, de acordo com Werthein e Noleto (2003), é um dos países mais desiguais do mundo e estruturalmente injusto. Essa desigualdade tem sido uma característica permanente da nossa estrutura econômica e social. As regiões mais afetadas pela pobreza, de acordo com a Agência Brasil (2017), são as regiões Norte e Nordeste. Já região sul do Brasil é socialmente a mais desenvolvida, por deter o maior IDH do país.

A pobreza, resultado dessa desigualdade social, vem exigindo muito mais do que a identificação de suas causas, exige a descoberta de alternativas criativas para a sua superação. (WERTHEIN; NOLETO, 2003).

Já a exclusão social não é fruto tão somente da insuficiência de renda, ainda que, sem

gerar e distribuir a renda de forma mais equânime, para que todo cidadão possa ter acesso a bens privados e a serviços públicos essenciais será difícil pensar que a pobreza será superada, e ainda mais distante ficará o desenvolvimento social e humano. Ações de combate à pobreza cujo alvo esteja centrado em sua definição apenas com base em aspectos econômicos não podem gerar resultados satisfatórios. Precisamos entender que a situação de vulnerabilidade social vivida por muitos é, antes de tudo, uma questão de violação de direitos humanos, a começar pelo mais básico deles o direito à vida, direito primordial de qualquer ser humano previsor na Declaração Universal dos direitos Humanos e o primeiro a ser comprometido em situações de pobreza e miséria (WERTHEIN, 2003, p. 11).

Dentro do grupo dos excluídos socialmente estão as pessoas em situação de rua. A autora Flora (1987) traz uma reflexão interessante no que diz respeito à “origem” desse grupo quando afirma que a dinâmica do capitalismo sempre envolveu momentos de expansão e retração, favorecendo o aumento de acumulação e, ao mesmo tempo, de miséria. Essa

contradição do capitalismo ficou mais clara no início do movimento migratório da área rural para as áreas urbanas, causado pela revolução industrial. Momento este em que as pessoas deixavam o campo para buscar melhores condições de vida nas cidades. O surgimento dos “pedintes” começou a acontecer a partir do momento em que os trabalhadores eram excluídos das formas de trabalho existentes (assalariados ou marginais), e eles se viam na obrigação de pedir como o único recurso de sobrevivência. A partir do enfoque da patologia social, a pessoa em situação de rua era caracterizada como uma disfunção social, o que conduzia à lógica de integração (FLORA, 1987).

A Política Nacional para Inclusão Social da População de Rua (2008, art. 1) conceitua que a população

em situação de rua refere-se às pessoas que estão utilizando em um dado momento, como local de moradia ou pernoite, espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, a margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. São também considerados componentes da população em situação de rua aqueles que dormem em albergues e abrigos de forma preferencial ou ocasional, alterando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua.

No ano de 2017 foi realizado, na cidade de Florianópolis - objeto deste estudo -, o Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua com o intuito de coletar dados sobre esses indivíduos e de conhecer melhor suas necessidades. De acordo com essa pesquisa, havia cerca de 937 pessoas vivendo em situação de rua na região da grande Florianópolis, que abrange as cidades de Biguaçu (32), São José (141), Palhoça (265) e Florianópolis (499). Além disso, foram encontrados alguns resultados:

- (i) *Gênero*: população predominantemente masculina (77,8%).
- (ii) *Idade*: 30% possui acima de 50 anos, 65% possui de 30 a 49 anos e 5% possuem até 29 anos.
- (iii) *Raça*: 47% dos entrevistados se considera branco e 45% se considera negro.
- (iv) *Tempo de Rua*: dentre os entrevistados, 70% está há menos de 5 anos em situação de rua.
- (v) *Educação*: 92% dizem saber ler e escrever e mais de 40% dos entrevistados parou de estudar no ensino fundamental.

(vi) *Trabalho*: 70% exerce atividade remunerada. Na maioria dos casos atuam na área de construção civil, como flanelinhas, como vendedores ambulantes ou como catadores de recicláveis.

(vii) *Saúde*: cerca de 68% informaram estar bem de saúde.

(viii) *Consumo de drogas*: as drogas mais comuns entre os entrevistados são o álcool, a maconha e o crack.

(ix) *Vínculos*: 41% dos entrevistados informou que não possui nenhum vínculo familiar ou afetivo, dessa forma, vivendo completamente sozinhos na rua.

No estudo também foram coletadas informações em relação ao acesso às instituições e políticas públicas. Quando perguntados se já estiveram acolhidos em albergues ou casas de acolhimento, 65% dos respondentes disseram que sim, porém somente 7% informaram estar abrigados em alguma instituição no momento e 48% nunca tiveram acesso a nenhuma instituição profissionalizante ou de alfabetização (ICOM, 2017).

No que diz respeito ao número de refeições, 55% dos entrevistados informaram que têm acesso a mais de 3 refeições por dia, sendo que destes 40% afirmam que o local de principal acesso é o POP e, quando perguntados sobre o acesso aos POPs, 75% deles afirmaram que têm acesso ao Centro.

No mais, com relação ao tema esporte e cultura, mais de 50% dos entrevistados disseram não ter acesso a nenhuma atividade cultural ou esportiva (ICOM, 2017).

4.3 Análise dos serviços prestados às pessoas em situação de rua

Em Florianópolis, segundo Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2018), todos os cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade podem contar com benefícios de proteção social. De acordo com o Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis (2017), dentre as políticas públicas de assistência social para as pessoas em situação de rua destacam-se quatro tipos que possuem exclusividade no atendimento a esses indivíduos, os quais estão resumidos no quadro abaixo:

Quadro 5 - Resumo dos serviços prestados por nível de complexidade

Média complexidade	Alta complexidade
Serviço de abordagem Social	Serviço de Acolhimento Institucional
Tem como finalidade de assegurar trabalho social e de promover a inserção da população na rede de serviços socioassistenciais.	Ocorre o acolhimento com o objetivo de garantir proteção integral para casas de acolhimento/abrigo e casa de passagem.
Serviço Especializado para Pessoas em situação de Rua	Serviço de acolhimento em República
Tem como prioridade assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento. A unidade de acesso é o Centro de referência Especializado para a população de rua (Centro POP).	É um serviço que oferece proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

Fonte: Adaptado do Diagnóstico Social ICOM (2017)

Tendo por base os serviços explicitados no quadro acima e levando em consideração o decreto 7053/2009, do Planalto (2009), que diz respeito à Política Nacional para a População em Situação de Rua - e preza pelos direitos, pelo atendimento humanizado e universalizado; promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos; desenvolvimento de ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade pela população em situação de rua, de modo a resguardar a observância dos seus direitos humanos - foi realizada uma visita aos principais centros de referência de assistência social destinados ao acolhimento das pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis com o objetivo de identificar quais ações tais instituições realizam em prol dessa população.

A seguir, serão apresentados os resultados encontrados em cada instituição.

4.3.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem como objetivo

garantir o atendimento às necessidades básicas e proporcionar o desenvolvimento pessoal, familiar e social, bem como, oportunizar a capacitação, facilitando a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda. Dentre seus princípios destacam-se o da universalização dos direitos sociais; o respeito à dignidade do cidadão; o direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar. As balizas para ocorrência destes atendimentos devem respeitar a descentralização político-administrativa e a participação da população, tendo a centralidade das ações na família.

Em Florianópolis, a Secretaria Municipal (SEMAS) presta atendimento socioassistencial às pessoas e famílias, articula os serviços e potencializa a rede de proteção social básica tendo como porta de entrada os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); e, no caso do apoio, orientação e acompanhamento a situação de ameaça ou violação de direitos, este se realiza por intermédio do CREAS Centro de Referência Especializado da Assistência Social (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2018).

Nos contatos realizados com a Secretaria foram encontrados muitas dificuldades em conseguir informações, os atendentes na maioria das vezes foram muito resistentes a passar qualquer informação.

A única informação obtida foi que não havia nenhuma assistente social na localidade e que as mesmas só atendem no CRAS Centro.

4.3.2 CRAS

Os CRAS's são Centros de Referência de Assistência Social responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dentre as suas principais funções estão a oferta de serviços, programas e projetos de proteção social básica para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; a articulação e fortalecimento da rede de Proteção Social Básica local; a prevenção das situações de risco em seu território de abrangência; e a garantia de direitos (ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018).

Na cidade de Florianópolis existem, atualmente, cerca de dez unidades espalhadas pelos bairros Centro, Trindade, Capoeiras, Jardim Atlântico, Canasvieiras, Ingleses, Saco Grande, Saco dos Limões, Tapera e Rio Tavares.

Ao todo, foram visitadas duas unidades do CRAS, a do bairro Trindade e a do Centro. No CRAS Trindade foi informado que não há atendimento para pessoas em situação de rua, pois, dentro do organograma, existe um atendimento específico para essas pessoas no centro POP. No CRAS Centro foi confirmada essa informação, também que há assistentes sociais no local, mas as mesmas não prestam atendimento a esses cidadãos.

4.3.3 Centro POP

O Centro POP é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e, conforme informado pelo CRAS, é um serviço voltado especificamente para o atendimento das pessoas em situação de rua. Lá são prestados serviços especializados e continuados para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2018).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2018), o Centro POP oferece serviços

- *Especializados para Pessoas em Situação de Rua*: assegura o atendimento e execução de atividades direcionadas para o desenvolvimento, a socialização e o fortalecimento de vínculos que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Presta atendimento (através de uma equipe interdisciplinar de assistentes sociais e psicólogos), encaminha e acompanha os usuários que frequentam o Centro, disponibilizando aos mesmos alimentação (café da manhã, almoço e lanche) e higiene pessoal.
- *Serviço Especializado em Abordagem Social (Rua)*: oferta, de “forma contínua e programada, tendo como finalidade assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa identificando nos territórios a incidência de pessoas em situação de rua”. Essa abordagem busca a resolução de necessidades imediatas evitando os riscos que a rua oferece, promovendo encaminhamentos diversos, como ao Centro POP, Hospitais Gerais e demais serviços oferecidos pelo município.

Atualmente, o centro POP mudou de sede, antes ficava na passarela Nego Quirido e agora o núcleo técnico, que oferece atendimento com assistentes sociais, psicólogos, serviços

de higiene pessoal e encaminhamento para albergues e casas de passagem, se localiza na Rua General Bittencourt.

Durante a visita e entrevista com as atendentes, que fazem o acolhimento das pessoas em situação de rua, foram obtidas algumas informações referentes ao funcionamento dessa instituição:

- 1) **Divisão do POP em dois núcleos:** de acordo com informações, o POP foi dividido em dois núcleos, um que ficaria na passarela Nego Quirido, na qual seriam prestados serviços de alimentação e banho, e outro na rua General Bittencourt, onde ficaria o atendimento técnico com assistência psicossocial, com psicólogos e assistentes sociais. Também foi informado que o núcleo da passarela não seria mais POP, mas sim uma organização social conveniada que realiza serviços voluntários de corte de cabelo, entre outros.
- 2) **Serviços prestados no Centro POP:** na pesquisa, foi constatado que o POP presta alguns serviços específicos, como: atendimento psicossocial, oficinas, grupos em parceria com o IGEOF, yôga, reiki, massagem, confecção de currículos, orientação para confecção de documentos e encaminhamento para atendimento em postos de saúde, albergues e casa de passagem.
- 3) **Recursos disponibilizados para o centro POP:** segundo as atendentes, os recursos financeiros vêm da prefeitura e a instituição não recebe nenhuma ajuda de outras organizações. Quanto aos valores, não foi possível obter a informação.
- 4) **Precariedade na infraestrutura e no atendimento:** pela visita ao centro, também pode-se concluir que a infraestrutura encontra-se fragilizada. Segundo o relato das próprias acolhedoras, há muitas assistentes sociais afastadas por motivos de doença, a principal explicação dada seria a falta de infraestrutura para trabalhar e, além disso, há somente uma pessoa da equipe técnica. Houve também um corte de gastos, pela prefeitura, referente aos serviços prestados para as pessoas em situação de rua, como corte no convênio para passagem de ônibus e alimentação. Para banho, na parte da tarde, só há quatro vagas e, pela manhã, somente para quem tem atendimento psicossocial.

4.3.4 Abordagem de rua

O Serviço de Abordagem Social de rua funciona vinculado ao centro POP. De acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2018), esse serviço oferece de forma contínua trabalho social de abordagem e de busca ativa, identificando, dessa forma, nos locais, a incidência de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

O principal objetivo desse serviços é a solução de necessidades imediata

evitando os riscos que a rua oferece, promovendo encaminhamentos ao Centro POP, Hospitais Gerais, IPQ, demais serviços de saúde oferecidos pelo município, além de promover a articulação com outros atores da rede. O serviço se caracteriza enquanto proposta de atendimento sócio-educativo, com o compromisso restabelecer vínculos familiares, escolares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, identificando ainda situações de violação de direitos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2018).

No contato realizado com o centro POP, foi informado que a abordagem de rua é realmente parte integrante da equipe do POP, porém, trata-se de uma equipe diferente da Prefeitura que presta serviço especializado de sensibilização.

4.3.5 IGEOF

O IGEOF é o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis. O Instituto oferece vagas de emprego, cursos gratuitos e organiza feirões de empregos, além de ofertar cursos preparatórios e treinamentos da SEMATEC (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2018).

Atualmente, de acordo com o contato realizado com o instituto, o IGEOF realiza algumas atividades em parceria com o centro POP, sendo elas: oficinas com as pessoas em situação de rua e auxílio na confecção e divulgação de currículos.

O papel do IGEOF é basicamente disponibilizar oportunidades de reinserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho para que essas pessoas possam ter, ao menos, uma renda.

4.3.6 A Casa de Apoio Social ao Morador de Rua

A Casa de Apoio Social ao Morador de Rua, implantada em janeiro de 2007, é um serviço de Proteção Social Especial, considerado de alta complexidade, que destina-se ao acolhimento de pessoas em situação de rua, encaminhados pelo Centro POP. A capacidade de recebimento diária é de 30 (trinta) pessoas, num período de 24 horas ininterruptas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2018).

A Casa de Apoio recebe pessoas do sexo masculino, com idade acima de 18 anos, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e em situação de rua. São oferecidos serviços de acolhimento, cuidados de higiene pessoal, alimentação, estadia pernoite e acompanhamento especializado para indivíduos em condição de debilidade pela ausência de saúde física/emocional, associada ao uso/abuso de álcool e outras drogas e a sua condição geral de vida na rua (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2018).

Ainda de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Florianópolis,

os encaminhamentos são realizados utilizando a rede de Organizações Governamentais e Não Governamentais: Saúde médica – odontológica; Unidades Locais de Saúde (ULS), Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras drogas (CAPS – AD), Hospitais Gerais, Abrigos, CRAS, CREAS - Comunidades Terapêuticas, NAF Rodoviário, acesso a Projetos de inclusão produtiva, curso de alfabetização em programas educacionais, entre outros. Ainda como proposta de inclusão social a Casa de Apoio oferece seu espaço para o acolhimento às pessoas que após tratamento em dependência química nas comunidades terapêuticas, necessitam de apoio no que refere à reinserção no mercado de trabalho, na família e na sociedade.

O objetivo geral da instituição é acolher de forma emergencial e temporária as pessoas em situação de rua e os específicos são contribuir para o restabelecimento dos vínculos familiares e sociais prejudicados e/ou rompidos, promover o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas, possibilitar ao usuário condições para retomar sua autonomia, através da inclusão social e produtiva, alcançando sua independência financeira, propiciar o fortalecimento de auto-estima e auto-cuidado, diminuir a reincidência de pessoas em situação de rua e, por fim, a exposição à violência.

4.3.7 MNPR

O MNPR é o Movimento Nacional de População de Rua. De acordo com o Diagnóstico Social Participativo (2017, p. 07), “o MNPR é um grupo constituído como movimento social, sem personalidade jurídica, que nasceu a partir das experiências nacionais

de auto-organização de pessoas da rua, com necessidades de participação cidadã em um espaço de reivindicação de direitos”. O MNPR iniciou oficialmente suas atividades em São Paulo e Belo Horizonte, no ano de 2005, com o objetivo de reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana (ICOM, 2017).

O Movimento Nacional de População de Rua/SC atua em Santa Catarina desde 2012, sendo apoiado por atores da sociedade civil que desenvolvem ações para essa população, luta para enfrentar os riscos da rua, para repudiar o preconceito, a descriminalização e as violações dos direitos humanos, além de buscar fortalecer as políticas públicas em prol desses cidadãos (ICOM, 2017).

Os princípios que o orientam em sua organização e prática política são: democracia, valorização do coletivo, solidariedade, ética e trabalho de base (ICOM, 2017).

4.4 O envolvimento das diferentes organizações na condução do problema das pessoas em situação de rua

De acordo com Heidemann e Salm (2009, p.33), o tamanho do estado está diminuindo, mas o trabalho de administra-lo está aumentando. O estado além de possuir um valor de dívida pública que alcança proporções descomunais, ele não está conseguindo suprir constantemente as demandas (muitas vezes básicas) da sociedade, por isso é importante que haja participação de outras organizações para auxiliar e resolver problemas de natureza coletiva.

Analisando as ações das diferentes organizações na resolução da problemática das pessoas em situação de rua da cidade de Florianópolis, foi verificado que ainda sim, o predomínio das ações realizadas para tal objetivo ainda é da Prefeitura Municipal. Onde essas pessoas tem a chance de receber uma primeira abordagem e acolhimento (Abordagem de rua), além do encaminhamento e atendimento psicossocial (Centro POP) e por fim um acolhimento (Casa de Apoio Social ao Morador de Rua). Para uma análise dos serviços prestados por essas instituições que fazem parte da prefeitura, segue abaixo uma síntese mais aprofundada;

Quadro 6 - Síntese dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis

Instituições	Serviços
Abordagem de Rua	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem - Encaminhamento
Centro POP	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento psicossocial - Encaminhamento para albergues e casa de acolhimento e postos de saúde - Atividades diversas como confecção de currículos e documentos.
Casa de Apoio Social ao Morador de Rua	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento - Pernoite - Cuidados de higiene - Alimentação - Acompanhamento especializado

Fonte: Elaborada pela autora

Além dos serviços acima, a prefeitura de Florianópolis possui uma rede solidária que conecta a população às Organizações da Sociedade Civil. Essa rede é o Somar Floripa que tem como objetivo, realizar trabalhos voluntários de cuidado das pessoas, da comunidade e dos animais. A missão do Somar é fomentar a cultura do trabalho voluntário organizado e de iniciativas sociais de impacto, valorizando assim a ação cidadã e participativa na cidade, capacitar os prestadores de serviço social e ser facilitador entre os cidadãos e as Organizações da Sociedade Civil (SOMAR FLORIPA, 2018).

Através do Somar Floripa, as pessoas podem oferecer a ajuda voluntária para áreas com as quais se identificam. Para isso é selecionado e acompanhado a fundo o trabalho de cada uma das Organizações da Sociedade Civil, assegurando assim a credibilidade e garantindo aos voluntários que sua ajuda será direcionada da maneira correta. Toda essa rede é exercida com capacitação. Tanto as entidades quanto os voluntários realizam cursos para participar do projeto (SOMAR FLORIPA, 2018).

Figura 2: Síntese dos serviços oferecidos pelo Somar Floripa



Fonte: Somar Floripa (2018)

Atualmente o Somar Floripa possui mais de quarenta e duas entidades cadastradas. Referente às ações com os moradores de rua, não é realizado nenhum tipo de trabalho diretamente, mas faz um papel de intermediário e direcionamento com as pessoas que querem se voluntariar ou doar algo à alguma instituição que trabalha com esses cidadãos.

Apesar da premissa de que o Estado deve ter um bom desempenho na gestão de recursos públicos e assim prover direitos básicos de sobrevivência de uma população, a perspectiva da política pública vai além das políticas governamentais, os autores Heidemann e Salm (2009, p. 31) argumentam que o governo não é a única instituição que promove as “políticas públicas” e que outras instituições podem sim fazer ações movidos somente pelo seu senso de bem comum, gerando melhorias, implementando soluções para facilitar a vida por exemplo, de uma determinada rua, bairro ou região, ou seja, realizando algo que vá afetar positivamente a vida coletiva de uma determinada região.

A partir desse pressuposto, referente à problemática tratada pode-se verificar na prática há várias instituições de diferentes camadas da sociedade envolvida em prol da causa, o primeiro exemplo é o Movimento Nacional de População de Rua, que se caracteriza como sendo um movimento composto por diversos atores da sociedade civil que luta das mais variadas formas pelos direitos das pessoas em situação de rua.

Segundo o Diagnóstico Social do ICOM (2017), o MNPR destaca as seguintes bandeiras de luta diante da violação de direitos:

- Resgate da cidadania por meio de trabalho digno.
- Salários suficientes para o sustento

- Moradia digna
- Atendimento à saúde

Outros agentes envolvidos são os Institutos. Nesta análise serão destacados dois: O IGEOF que é o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis e o ICOM Instituto Comunitário Grande Florianópolis;

- IGEOF: o Instituto trabalha em prol de oferecer novas oportunidades e inserir as pessoas em situação de rua no mercado de trabalho.
- ICOM: o Instituto Comunitário atua há mais de dez anos em Florianópolis, tem como intuito estimular as empresas e indivíduos a fazer investimentos sociais com alto impacto social e fortalecendo grupos, movimentos e organizações da sociedade civil, além de impulsionar diversas causas relevantes para a nossa região, apoiando iniciativas sociais a terem uma gestão eficiente e a servirem como canais de participação dos cidadãos para assim, melhorar a qualidade de vida na Grande Florianópolis.

Um dos eixos prioritários de atuação do ICOM é a produção e disseminação de conhecimento sobre a realidade local, seguindo esse objetivo, o Instituto teve uma participação muito importante no Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis, onde foi possível conhecer melhor as necessidades da população de rua para assim, compreender a dimensão da situação e da vulnerabilidade destes cidadãos.

4.5 Análise da Política Nacional x Realidade de Florianópolis

A Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR, foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, com o objetivo de assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas desenvolvidas (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

Ainda de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (2018), a PNPR

garante os processos de participação e controle social e possui entre seus princípios, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e

diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Com o intuito de analisar se as políticas públicas e as ações que são realizadas com as pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis vai de encontro com o que está estipulado na Política Nacional para a População em Situação de Rua, foi realizado abaixo uma análise de comparação com cada um dos artigos do Decreto:

Quadro 7 - Síntese do Art. 1º - Decreto nº 7.053

Artigo	O que diz no artigo
Art. 1º	<p>Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.</p> <p>Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.</p>

Fonte: Adaptado do Decreto nº 7.053

De acordo com o estudo do ICOM, o Diagnóstico Social Participativo da População em situação de Rua na Grande Florianópolis (2017), foi verificado que existem mais de 900 pessoas vivendo em situação de rua, na qual 41% dessa população é privada de vínculos familiares ou afetivos e 65% já estiveram acolhidos em albergues ou casas de acolhimento.

Quadro 8 - Síntese do Art. 2º e 3º - Decreto nº 7.053

Artigo	O que diz no artigo
Art. 2º	<p>A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.</p> <p>Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.</p>
Art. 3º	<p>Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de</p>

	<p>rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.</p>
Art. 10º	<p>O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:</p> <p>I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;</p> <p>II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;</p> <p>III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;</p> <p>IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;</p> <p>V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;</p> <p>VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;</p> <p>VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;</p> <p>VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e</p> <p>IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.</p>

Fonte: Adaptado do Decreto nº 7.053

Florianópolis é o único município da região que possui comitê instituído na qual é formado por representantes governamentais e da sociedade civil, com o objetivo de elaborar estratégias de implementação da política nacional. O comitê foi instituído em Florianópolis através do decreto municipal 11624/2013.

No apêndice C é possível visualizá-lo na íntegra, mas nos tópicos abaixo estão os artigos mais relevantes e uma síntese das principais diretrizes do decreto:

- **Art. 1º** Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, responsável pelo acompanhamento, assessoramento e monitoramento da política voltada para a população em situação de rua.
- **Art. 2º:** O Comitê terá composição paritária, sendo constituído por dez representantes titulares, e seus respectivos suplentes, do Poder Público, e por dez representantes titulares, e seus respectivos suplentes, de entidades e movimentos organizados da sociedade civil.
- **Art. 5º:** Compete ao Comitê: (I) acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, (II) propor medidas que assegurem a articulação das políticas públicas municipais para o atendimento à população em situação de rua, (III) elaborar planos de ação periódicas com o detalhamento de estratégias para o aprimoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, (IV) propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua, (V) instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que foi historicamente submetida a população em situação de rua, bem como analisar e propor formas de inclusão e compensação social, (VI) organizar encontros no âmbito Municipal para avaliar e formular ações que favoreçam o fortalecimento e a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua e (VII) deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.
- **Art. 6º:** A coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- **Art. 7º:** A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Em continuação da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Quadro 9 - Síntese do Art. 5, 6, 7 - Decreto nº 7.053

Artigo	O que diz no artigo
--------	---------------------

Art. 5º	<p>São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:</p> <p>I - respeito à dignidade da pessoa humana;</p> <p>II - direito à convivência familiar e comunitária;</p> <p>III - valorização e respeito à vida e à cidadania;</p> <p>IV - atendimento humanizado e universalizado; e</p> <p>V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.</p>
Art. 6º	<p>São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:</p> <p>I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;</p> <p>II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;</p> <p>III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;</p> <p>IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;</p> <p>V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;</p> <p>VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;</p> <p>VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;</p> <p>VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;</p> <p>IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e</p> <p>X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.</p>
Art. 7º	<p>São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:</p> <p>I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;</p> <p>II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;</p>

	<p>III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;</p> <p>IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;</p> <p>V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;</p> <p>VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;</p> <p>VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;</p> <p>VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;</p> <p>IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;</p> <p>X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;</p> <p>XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;</p> <p>XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;</p> <p>XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e</p> <p>XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.</p>
--	--

Fonte: Adaptado do Decreto nº 7.053

A análise em relação aos artigos 5 e 7, a realidade de Florianópolis sugere-se limitada no que refere-se ao atendimento humanizado e respeitoso dado à população de rua, porque de acordo com o Diagnóstico Social Participativo do ICOM (2017, P. 17), apesar da maioria dos

entrevistados, no caso 88% deles afirmarem que não tiveram dificuldades de acesso à serviços de saúde como hospitais e unidades básicas de saúde, ainda sim, os mesmos relataram que tiveram problemas com a demora no atendimento e agendamento, além disso, sofreram preconceito e discriminação.

Outro dado que confirma essa limitação é a violência sofrida na situação de rua, onde 60% relataram já ter sofrido violência, principalmente, a institucional que foram exercidas pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão (ICOM, 2017).

No que refere-se à integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para execução de políticas públicas, pode-se concluir que as políticas públicas existentes por parte da Prefeitura Municipal são vistas principalmente através da implementação de centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, através do Centro POP, Abordagem de Rua e Casa de Apoio ao Morador de Rua.

À respeito de assegurar o acesso amplo à políticas públicas que integram à população de rua ao mercado de trabalho, há parcerias e convênios existentes entre a Prefeitura e o IGEOF que capacita e ajuda na confecção de currículos e divulgação dos mesmos com o intuito de integrar as pessoas em situação de rua no mercado de trabalho. Um exemplo prático dessa parceria, entre a Prefeitura e o IGEOF, foi uma iniciativa muito recente na qual houve a capacitação de moradores de rua para o concurso da Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital), onde foram disponibilizadas 50 vagas para que de forma gratuita eles pudessem prestar a prova do concurso.

A participação dos cidadãos e de outros atores da sociedade civil é dada com o intermédio do Somar Floripa, onde a população pode se conectar às organizações da Sociedade Civil, que realizam ações com pessoas em situação de Rua e assim participar ativamente de um caminho para uma solução da problemática.

No que refere-se ao acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na cidade de Florianópolis, segundo o estudo realizado pelo ICOM (2017), 66% dos entrevistados afirmaram não ter acesso ao Bolsa Família.

As ações de proporcionar às pessoas em situação de rua acesso permanente a alimentação com qualidade, verificou-se que o principal órgão de referência para a população de rua que é o Centro POP, não disponibiliza mais refeições, segundo o que foi constatado na

visita feita à instituição, esse benefício foi cortado pela prefeitura municipal e não se sabe o motivo pelo qual foi tomada essa providência. Em contrapartida, foi constatado que há outras instituições que oferecem esse benefício, uma delas é a ABA (Associação Braços Abertos), que atende na passarela Nego Quirido cerca de 160 moradores, disponibilizando café da manhã e jantar.

Quadro 10 - Síntese do Art. 15º - Decreto nº 7.053

Artigo	O que diz no artigo
Art. 15º	<p>A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:</p> <p>I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciadores;</p> <p>II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;</p> <p>III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;</p> <p>IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e</p> <p>V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.</p>

Fonte: Adaptado do Decreto nº 7.053

A contagem oficial da população em situação de rua foi feita num estudo realizado pelo ICOM no último ano de 2017, na qual foram divulgados diversos dados sociais e os contextos na qual se encontram esses cidadãos.

O serviço de abordagem de rua oferecido pela prefeitura de Florianópolis em prol do acolhimento de moradores de rua, possui um disque denúncias que recebe queixas de maus

tratos, ou qualquer ocorrência envolvendo as pessoas em situação de rua. Esse serviço tem como objetivo a proteção e garantia de direitos desses cidadãos.

Algumas diretrizes presentes na Política Nacional para a População em Situação de Rua, como por exemplo, os dos artigos 11º - que confere poder ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional à convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades, 12º - onde declara que o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional será considerada prestação de serviço público não remunerada e a 13º - na qual estipula que o IBGE e a IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, não foi possível confirmá-las na prática devido à dificuldade de acesso às informações.

Confirmou-se, neste capítulo, que apesar de haver ações por parte do Estado e de outras organizações para amenizar as problemáticas envolvendo a população de rua, ainda assim, tem um longo desafio para a resolução desse problema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Esta ausência prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais” (NATALINO, 2016).

Essa invisibilidade é em todo país inclusive na cidade de Florianópolis. O estudo realizado no ano de 2017 pelo ICOM, o “ Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua” teve um papel importante em dar visibilidade à esses cidadãos, evidenciar a realidade nas quais essa população vive, e inclusive na garantia dos direitos dessas pessoas (ICOM, 2017).

Para o desenvolvimento deste trabalho, conhecer a política pública que vem sendo adotada para transformar a realidade do expressivo número de pessoas em situação de rua no município de Florianópolis foi o objetivo perseguido. Para tanto, iniciou-se uma explanação sobre o surgimento, gestão e modelos de análise das políticas públicas. Após a compreensão do referencial teórico, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturadas, para as visitas que foram realizadas em algumas instituições como a Secretaria Municipal de Assistência social, CREAS e Centro POP, além das telefonadas como o IGEOF, Somar Floripa e Abordagem de Rua.

Neste percurso, percebeu-se que há várias instituições que prestam serviços e atendem as pessoas em situação de rua, porém algumas que deveriam ser referência nesse atendimento, tem suas atuações de forma significativamente limitada. Não há retorno para a assistência que deveria ser prestada a pessoas nessa situação. O maior exemplo nesse caso é o centro POP., que na visita realizada percebeu-se a precariedade da sua infraestrutura e a escassez dos recursos repassados a ela.

Foi possível compreender também o envolvimento de diferentes organizações (estado, organizações privadas e organizações da sociedade civil) na condução das ações, projetos, programas envolvidos nessa questão pública. Aqui foi observado um envolvimento majoritário do estado, através da Prefeitura. Apesar do protagonismo da Prefeitura Municipal, outras instituições, como os Institutos ICOM e IGEOF prestam grande apoio e parcerias na prestação de serviços às pessoas em situação de rua em Florianópolis. O Movimento Nacional

de População de Rua (MNPR) é também um importante aliado na luta por direitos e fortalecimento das políticas públicas em prol desses cidadãos.

Ao dedicar-se à análise realidade da cidade de Florianópolis em comparação à Política Nacional para a População em Situação de Rua, foi possível observar que muitos esforços que estão sendo realizados pela prefeitura e as instituições têm surtido resultados positivos. Um exemplo disso é a parceria da Prefeitura e o IGEOF na capacitação, profissionalização e geração de novas oportunidades que possibilitam a inserção no mercado de trabalho de muitas pessoas em situação de rua.

Porém ainda, na análise realizada, o pressuposto de que o estado não está conseguindo suprir constantemente as demandas da sociedade (HEIDEMANN; SALM, 2009) para essa questão pública foi confirmado. Chegou-se à conclusão que a gestão pública dessa demanda social está em fase embrionária e há muito o que se evoluir no que refere-se, principalmente, ao atendimento humanizado e respeitoso dados à essa população. Da mesma forma, a criação e fortalecimento de políticas públicas que atendam de forma efetiva esses cidadãos tendem a reverter o quadro atual, diminuindo o número de pessoas nessa situação na cidade de Florianópolis.

Diante do exposto, com o alcance de todos os objetivos específicos foi possível conhecer a política pública, ou melhor, o contexto que envolve demanda por uma política pública municipal que trate disso e que permita transformar essa realidade em Florianópolis.

Como limitação da pesquisa destaca-se a grande dificuldade em conseguir informações, principalmente de órgãos públicos. Por exemplo, pode-se aqui citar a burocracia da Secretaria Municipal de Assistência Social e o não atendimento pelo Serviço de Abordagem de Rua, com o qual foram realizados inúmeros contatos - tanto presencial quanto por telefone - não correspondidos.

Por fim, a partir da compreensão desenvolvida sobre essa realidade e o tratamento que o problema vem recebendo no município, novas questões surgem como possibilidades para trabalhos futuros. Destacam-se i) a análise em maior profundidade de outras instituições, incluindo entrevistas com outros atores que desenvolvem ações com essa população; e ii) a elaboração de uma proposta de política pública específica para solução dessa questão que é de interesse público, ou seja, de todos.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Luciano. **10 lições sobre Max Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Coleção 10 Lições).

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Centro de Referência da Assistência Social - CRAS**. 2018. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/cras-paif>>. Acesso em: 09 out. 2018.

Bardach, E. (2000). **A Practical Guide for Policy Analysis: the Eightfold Path to more Effective Problem Solving**. New York: Chatham House Publishers.

BBC BRASIL. **Como a Finlândia conseguiu tirar da rua e reintegrar os sem-teto**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39453230?ocid=socialflow_facebook>. Acesso em: 28 out. 2018.

CARVALHO, Marcio A.. **Uma Introdução à Análise de Políticas Públicas: Análise Custo-Benefício, Árvores de Decisão e Modelos de Multiatributos**. 2005. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-apsb-1097.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CONEXÃO COMUNIDADE. **Prefeitura de Florianópolis vai capacitar moradores de rua para concurso da Comcap**. 2018. Disponível em: <<https://www.jornalconexao.com.br/2018/10/31/prefeitura-de-florianopolis-vai-capacitar-moradores-de-rua-para-concurso-da-comcap/?fbclid=IwAR3GxZCRMg2aPgV5VuB9-kuYIIDHj9fkg-V47EMOpNEkEHH9ZDf3IpRdxGE>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DIÁRIO CATARINENSE. **Florianópolis é a segunda melhor capital para se viver no país**. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/04/florianopolis-e-a-segunda-melhor-capital-para-se-viver-no-pais-9779281.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE – Revista

GOVERNO FEDERAL. . **POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA PARA CONSULTA PÚBLICA**. 2008.

Disponível em: <http://www.cidadeviva.org/anjosdanoite/wp-content/uploads/2010/12/politica-nacional-para-inclusao-social-da-populacao-em-situacao-de-rua-para-consulta-publica.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

GRAY, David E.. **Pesquisa do mundo Real**. 2. ed. São Paulo: Penso, 2012.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Unb, 2009.

IBGE. **Florianópolis**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>>. Acesso em: 15 out. 2018.

ICOM. **Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis**. 2017. Disponível em:

<http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Diagn%C3%B3stico-Social-Participativo-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-na-Grande-Florian%C3%B3polis.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

Leis Municipais Florianópolis. **DECRETO N° 11.624**,. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2013/1162/11624/decreto-n-11624-2013-institui-o-comite-de-acompanhamento-e-monitoramento-da-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 24 out. 2018.

MALHOTRA, Naresh K.. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Ministério dos Direitos Humanos. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/politica-nacional-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 22 out. 2018.

MOTA, Leonardo de Araújo (Org.). **Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares**. Campina Grande: Eduepb, 2014.

OLIVEIRA, Nielmar de. Agência Brasil. **IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. Acesso em: 18 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. 2002. Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em: 29 out. 2018.

PEREIRA, José Roberto. **Gestão Social de Políticas Públicas**. Lavras: Ufln, 2011.

POLITIZE. **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A COMPLEXIDADE DA VIDA NAS RUAS**. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS **Casa de Apoio Social ao Morador de Rua**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servpagina&id=4617>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **IGEOF - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/igeof/index.php>>. Acesso em: 20 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Secretaria Municipal de Assistência Social**. 2018. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=semas&menu=1&submenuid=sobre>>. Acesso em: 12 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Serviço de Abordagem Social**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servpagina&id=4698>>. Acesso em: 19 out. 2018.

Rede Europeia Anti-Pobreza. **O que é Pobreza**. Disponível em: <<https://www.eapn.pt/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

RELATÓRIOS DINÂMICOS ODS. **Indicadores da Cidade de Florianópolis**. 2018. Disponível em: <<http://rd.portalods.com.br/relatorios/9/erradicacao-da-pobreza/BRA004042088/florianopolis---sc>>. Acesso em: 11 out. 2018.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Allan Gustavo Freire da et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.25-42, abr. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SOMAR FLORIPA. **Somar Floripa**. 2018. Disponível em: <<http://somarfloripa.com/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

SUBVERSIV@S. **CARTA ABERTA A POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS: Movimento Nacional População Rua/Santa Catarina**. 2017. Disponível em: <<https://subversivos.libertar.org/carta-aberta-a-populacao-de-florianopolis-movimento-nacional-populacao-ruasanta-catarina/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista

1. Quais as ações que a instituição desenvolve com as pessoas em situação de rua?
2. A instituição recebe ajuda de outras organizações ou possui alguma parceria?
3. Que tipo de recursos as outras organizações concedem (financeiro, infraestrutura)?
4. A prefeitura disponibiliza algum tipo de recurso? Se sim, quais?

APÊNDICE B

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7ª São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8ª;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

- I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;
- II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

- III - Ministério da Justiça;
- IV - Ministério da Saúde;
- V - Ministério da Educação;
- VI - Ministério das Cidades;
- VII - Ministério do Trabalho e Emprego;
- VIII - Ministério dos Esportes; e
- IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

- I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;
- II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;
- V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2009

APÊNDICE C

O Prefeito de Florianópolis, no exercício das atribuições legais e considerando o disposto no Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e na Lei Municipal nº 8.751 de 07 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua no Município de Florianópolis, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, responsável pelo acompanhamento, assessoramento e monitoramento da política voltada para a população em situação de rua.

Art. 2º O Comitê terá composição paritária, sendo constituído por dez representantes titulares, e seus respectivos suplentes, do Poder Público, e por dez representantes titulares, e seus respectivos suplentes, de entidades e movimentos organizados da sociedade civil.

Art. 3º Os representantes titulares e suplentes do Poder Público, indicados pelos titulares das secretarias e órgãos, são os que seguem:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social (rede de serviços):

- a) titular: Neusa Maria Goedert
- b) suplente: Rosângela dos Santos Costa

II - Secretaria Municipal de Assistência Social (gestão):

- a) titular: Kathia Terezinha Müller
- b) suplente: Kátia Ávila Abraham

III - Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: Sônia Augusta Leitão Saraiva

b) suplente: Jorge Ernesto Sergio Zepeda

IV - Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: Doria Conceição de Moraes Vicente

b) suplente: Cleusa Regina Silvano

V - Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão:

a) titular: Bianca Pisani

b) suplente: Roberto Ferrari Alves

VI - Fundação Municipal de Esportes:

a) titular: Carlos Roberto Vieira

b) suplente: Miguel Zaffari Junior

VII - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis:

a) titular: Luiz Volni Viana

b) suplente: Carlos Alberto da Silva

VIII - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental:

a) titular: Leyla Franzoni

b) suplente: Maria Aparecida Napoleão Catarina

IX - Câmara Municipal de Vereadores:

a) titular: Edmilson Carlos Pereira Junior

b) suplente: Jerônimo Alves Ferreira

X - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina:

a) titular: Carlos Alberto de Araújo Gomes Junior

b) suplente: Thiago Augusto Vieira

Art. 4º Os representantes titulares e suplentes da sociedade civil, indicados em Fórum próprio pelas entidades com atuação reconhecida junto à população em situação de rua, são os que seguem:

I - Movimento de População de Rua:

a) titular: Daniel Paz dos Santos

b) suplente: Marise de Fátima Lucrécia de Jesus

II - Conselho de Segurança - Centro:

a) titular: Ricardo Campos

b) suplente: Elídio Yocikazu Sinzato - representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis

III - Centro Cultural Escrava Anastácia:

a) titular: Ivone Maria Perassa

b) suplente: Accácio Mello Filho - representante do Lar Recanto da Esperança

IV - Instituto Guga Kuerten:

a) titular: Alice Thümmel Kuerten

b) suplente: Rosamônia Garcia - representante Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida

V - Instituto Arco-Íris:

a) titular: Alexandre Gouveia Martins

b) suplente: Aline Souza - representante do Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS

VI - Instituto Vilson Groh:

a) titular: Vilson Groh

b) suplente: Renata Machado Pereira da Silva - representante do Instituto Comunitário Grande Florianópolis

VII - Federação Espírita Catarinense:

a) titular: Rosana Sousa de Moraes Sarmento

b) suplente: Sérgio Egídio de Almeida - representante da União Regional Espírita 1

VIII - Movimento dos Direitos Humanos:

a) titular: Danilo Campo

b) suplente: Tânia Inês Slongo - representante Movimento Mulheres Urbanas

IX - Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira:

a) titular: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

b) suplente: Ana Maria Warken do Vale Pereira - representante do Instituto Voluntários em Ação

X - Ação Beneficente Psicanálise de Deus:

a) titular: Guilherme Cesar Abicalil

b) suplente: Renato Cesar Lebarbenchon Polli - representante do Movimento de Emaús

Art. 5º Compete ao Comitê:

I - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

II - propor medidas que assegurem a articulação das políticas públicas municipais para o atendimento à população em situação de rua;

III - elaborar planos de ação periódicas com o detalhamento de estratégias para o aprimoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

IV - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

V - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que foi historicamente submetida a população em situação de rua, bem como analisar e propor formas de inclusão e compensação social;

VI - organizar encontros no âmbito Municipal para avaliar e formular ações que favoreçam o fortalecimento e a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

VII - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 6º A coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico-administrativo para o desenvolvimento dos trabalhos do Comitê.

Art. 7º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 04 de junho de 2013.

CESAR SOUZA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL